

Cooperativismo agropecuário e sucessão geracional em propriedades rurais: reflexões sobre o caso da Cotrijal/RS

Agricultural cooperativism and generational succession in rural properties: reflections about the case of Cotrijal/RS

Cooperativismo agrícola y sucesión generacional en inmuebles rurales: reflexiones sobre el caso de Cotrijal/RS

Laila Mayara Drebes¹
Tâmara Karime Lima dos Santos¹

Recebido em: 30/11/2021; revisado e aprovado em: 28/01/2023; aceito em: 07/02/2023
DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v24i2.3581>

Resumo: O estudo objetiva analisar as ações da cooperativa agropecuária gaúcha Cotrijal destinadas aos jovens, cooperados ou filhos de cooperados, com vistas ao incentivo da sucessão geracional. Foi sustentado em dados documentais referentes ao ano de 2021, coletados no *site* da Cotrijal. Atualmente, a cooperativa desenvolve dois projetos específicos para estimular a sucessão geracional, Líderes Mirins e Participação em Família, por meio dos quais procura promover a socialização das novas gerações de agricultores no campo e na cooperativa, estimulando a sua responsabilização por parte das gerações mais antigas. E, recentemente, a Cotrijal passou por uma mudança em sua identidade visual, incorporando a ideia de sucessão geracional em seu logotipo. Logo, a análise do cenário recente de ações da Cotrijal demonstra a priorização da preocupação com a sucessão geracional, já que é essa renovação cíclica dos agricultores que garante a sobrevivência da própria cooperativa agropecuária.

Palavras-chave: agricultura familiar; cooperativa agropecuária; desenvolvimento rural; jovens rurais; reprodução social.

Abstract: The study aims to analyze the actions of the Rio Grande do Sul agricultural cooperative Cotrijal aimed at young people, cooperative members or children of cooperative members, with a view to encouraging generational succession. It was supported by documentary data for the year 2021, collected on the Cotrijal website. Currently, the cooperative is developing two specific projects to stimulate generational succession, Child Leaders and Family Participation, through which it tries to promote the socialization of the new generations of farmers in the field and in the cooperative, stimulating their accountability by older generations. And recently, Cotrijal has undergone a change in its visual identity, incorporating the idea of generational succession in its logo. Therefore, the analysis of the recent scenario of actions of the Cotrijal demonstrates the prioritization of the concern with the generational succession, since it is this cyclical renewal of farmers that guarantees the survival of the agricultural cooperative itself.

Keywords: family farming; agricultural cooperative; rural development; rural young; social reproduction.

Resumen: El estudio tiene como objetivo analizar las acciones de la cooperativa agrícola Cotrijal, en Rio Grande do Sul, dirigidas a jóvenes, socios o hijos de socios, con el fin de incentivar la sucesión generacional. Fue sostenido en datos documentales del año 2021, recopilados en el sitio *web* de Cotrijal. Actualmente, la cooperativa está desarrollando dos proyectos específicos para incentivar la sucesión generacional, Niños Líderes y Participación Familiar, a través del cual busca promover la socialización de las nuevas generaciones de agricultores en el campo y en la cooperativa, alentando su responsabilidad por parte de las generaciones mayores. Y, recientemente, Cotrijal sufrió un cambio en su identidad visual, incorporando la idea de sucesión generacional en su logo. Por tanto, el análisis del escenario reciente de la actuación de Cotrijal demuestra la priorización de la preocupación por la sucesión generacional, ya que es esta renovación cíclica de los agricultores la que garantiza la supervivencia de la propia cooperativa agrícola.

Palabras clave: agricultura familiar; cooperativa agrícola; desarrollo rural; juventud rural; reproducción social.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



¹ Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá, Pará, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir dos anos 1990, a construção e o reconhecimento da agricultura familiar promoveram uma contundente preocupação no âmbito da pesquisa e da política pública com a situação dos jovens rurais no âmbito dessa categoria, justamente por estes terem sido os principais integrantes das migrações nos períodos anteriores², contribuindo para a criação de áreas rurais masculinizadas e envelhecidas, além de esvaziadas (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; ALVES; SOUZA; MARRA, 2011).

Para a agricultura familiar, caracterizada pela relação entre terra, trabalho e família, as migrações de jovens rurais geraram uma apreensão generalizada com o futuro das propriedades rurais, pois suas partidas passaram a afetar a reprodução social de longo prazo de grupos de agricultores, em virtude da não ocorrência da chamada sucessão geracional, isto é, da transmissão do patrimônio (propriedade rural e saber-fazer da ocupação de agricultor) da geração mais antiga para a geração mais jovem.

Inúmeras investigações científicas foram e ainda são desenvolvidas com a intenção de identificar maneiras de estimular a concretização da sucessão geracional na agricultura familiar, considerada evento importante para o desenvolvimento das áreas rurais. Entre esses estudos, destacamos aqueles que passaram a ponderar sobre possíveis agentes sociais capazes de implementar ações de encorajamento aos jovens rurais para a sucessão geracional, como Rosa e Silva (2010), Drebes e Spanevello (2017), Boessio e Doula (2017), Deggerone e Oliveira (2018), Moreira *et al.* (2018) e Santos e Kieling (2020).

Em comum, os estudos citados apresentam o debate sobre como as cooperativas podem contribuir para mitigar a problemática da sucessão geracional, da qual os jovens rurais são protagonistas no âmbito da agricultura familiar. De acordo com Drebes e Spanevello (2017), o estímulo das organizações de assistência técnica e extensão rural é considerado uma condicionante importante para o processo de sucessão geracional na agricultura familiar e, entre tais organizações, o potencial de contribuição das cooperativas agropecuárias é destacado. Interessante analisar o porquê deste destaque.

Em síntese, os pesquisadores atribuem às cooperativas potencial de estimular a sucessão geracional no âmbito da agricultura familiar (mais do que para outras categorias socioprofissionais rurais, como é o caso da agricultura patronal), porque, para os agricultores familiares, o cooperativismo pode ser diferencial para o sucesso econômico de seus estabelecimentos agropecuários. Todavia, esta não é uma relação de mão única, pois, na mesma medida em que os agricultores familiares dependem das cooperativas, estas também dependem deles. Se os agricultores familiares não apresentassem a necessidade de agregação de valor para os seus produtos, de redução de seus custos de produção, de acesso a canais de comercialização e mercados, de uso de estruturas compartilhadas de armazenagem, de auxílio de assistência técnica gratuita, dentre outras vantagens oferecidas pelo cooperativismo agropecuário, este perderia sua razão de existir.

Nesse sentido, a sucessão geracional na agricultura familiar é do interesse das próprias cooperativas agropecuárias, pois é por meio desse processo que acontece a renovação das gerações de agricultores familiares e a própria renovação das gerações de cooperados. Tal

² Estudos como o de Marin (2020), Marin e Drebes (2020), Bueno e Silva (2022), Pereira *et al.* (2022) e Tiherrero e Picolotto (2022) problematizam as migrações de jovens rurais para os centros urbanos no período contemporâneo.

raciocínio permite perceber que a sucessão geracional é importante tanto para a reprodução social de longo prazo da agricultura familiar como do próprio cooperativismo agropecuário.

No estado do Rio Grande do Sul, Brasil, onde se situa a cooperativa agropecuária em questão nesta pesquisa, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) aponta a presença de 124 cooperativas do ramo agropecuário, estando a maior parte delas (49 organizações) sediadas no mesmo território de inserção da cooperativa que será aqui estudada (SESCOOP, 2021). A significativa presença das cooperativas agropecuárias no estado também pode ser percebida por meio da sua cobertura de assistência técnica, que, conforme Lisboa *et al.* (2012), é quase equivalente à do governo, por meio do serviço público de extensão rural. Na microrregião de Não-Me-Toque, sede da cooperativa agropecuária focada neste estudo, 72,30% dos estabelecimentos agropecuários são atendidos por assistência técnica proveniente do cooperativismo.

Diante disso, o presente estudo apresenta o seguinte problema como questão norteadora: quais são as ações desenvolvidas pela cooperativa agropecuária Cotrijal, de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul, para enfrentar a problemática da sucessão geracional na agricultura familiar? O objetivo consiste em analisar como a Cotrijal, cooperativa do ramo agropecuário sediada no município de Não-Me-Toque, no estado do Rio Grande do Sul, está agindo diante da problemática da sucessão geracional no âmbito das propriedades rurais dos agricultores familiares cooperados. Em termos metodológicos, tendo em vista as limitações impostas pela pandemia de covid-19, o estudo coletou dados por meio de pesquisa documental, utilizando como base o *site* da cooperativa e os mais diversos documentos nele disponibilizados, como jornais, notícias, relatórios e outros.

Para atender ao objetivo pontuado, o presente artigo foi dividido em diferentes seções. A primeira delas procurou compreender como a sucessão geracional foi transformada de estratégia de reprodução social consolidada da agricultura familiar a um problema social para o cooperativismo agropecuário. Na sequência, a segunda seção se concentrou em analisar como a cooperativa agropecuária Cotrijal vem atuando no sentido de contribuir para a resolução desse suposto problema no âmbito das propriedades rurais dos associados, principalmente agricultores familiares, contribuindo com o desenvolvimento rural. Por fim, na seção de considerações finais, foi apresentada uma síntese das principais descobertas do estudo em relação ao objetivo inicialmente proposto.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MIGRAÇÕES E DA CRISE SUCESSÓRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR COMO PROBLEMÁTICA DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, a reprodução social consiste em uma série de estratégias utilizadas com o intuito de conservar a estrutura – objetiva e subjetiva – de um grupo social. Nas famílias, estas estratégias são sistematicamente relacionadas e empregadas em momentos variados, sendo associadas a estratégias biológicas, educativas, de investimento social, de investimento econômico, de investimento simbólico e de sucessão. Estas últimas intencionam transmitir o patrimônio – não somente em termos materiais (capital econômico), mas também em termos simbólicos (capital cultural) – entre as sucessivas gerações, recorrendo a diversificados artifícios para enfrentar os constrangimentos sociais e aproveitar as oportunidades disponíveis (BOURDIEU, 2011).

De maneira semelhante, em estudo sobre realidades rurais francesas, a antropóloga Dominique Jacques-Jouvenot destacou a relevância das estratégias de sucessão para a reprodução social das famílias vinculadas às atividades agropecuárias, destacando a transmissão do patrimônio material (o estabelecimento agropecuário) e do patrimônio imaterial (os saberes necessários à produção neste estabelecimento agropecuário) para a efetiva concretização da sucessão (JACQUES-JOUVENOT, 2015).

O patrimônio é como uma herança, tanto material como imaterial, onde existe conhecimento. O conhecimento faz parte deste bem geral representado pela propriedade rural. É nesse sentido que ele circula com ela, no momento da herança, mas certamente, e ainda mais, ao longo de todo o processo de socialização. De fato, se a propriedade rural é feita de patrimônio econômico, ela é ao mesmo tempo um lugar de socialização de representações sociais e profissionais. Papéis sexuais, independência, autoridade, são algumas representações de onde herdamos maneiras de fazer, práticas profissionais como alimentar os animais ou monitorar um parto. O termo patrimônio é usado aqui como bem econômico e cultural (JACQUES-JOUVENOT, 2015, p. 30, tradução nossa³).

O também sociólogo francês Patrick Champagne explicou que a sucessão geracional como mecanismo de reprodução social de famílias de agricultores era algo que passava despercebido, pois era praticamente uma regra que integrava a ordem do natural/normal: filhos de agricultores se tornariam também agricultores, pois aprenderiam o trabalho na agricultura, receberiam o estabelecimento agropecuário dos pais e seriam responsáveis por gerir este estabelecimento agropecuário da família. Foi somente quando esta suposta regra passou a ceder cada vez mais lugar a exceções, mediante as migrações de jovens rurais, que o processo de sucessão geracional passou a ser encarado como uma construção social que não pertencia à ordem da naturalidade/normalidade (CHAMPAGNE, 1986a, 1986b).

Como teorizado por Jacques-Jouvenot (2015), o processo de sucessão geracional era pautado sobre o ciclo de vida das famílias de agricultores e iniciava-se com a própria socialização dos filhos e das filhas nas atividades agropecuárias, por meio do trabalho orientado pelos pais. Essa socialização era crescente, isto é, conforme se desenvolviam, os filhos e as filhas iam recebendo mais responsabilidades, até o momento em que os pais os consideravam prontos para receber todo o patrimônio e encerravam o processo de transmissão do estabelecimento agropecuário e do saber-fazer nas atividades agropecuárias. Nos termos bourdieusianos, seria a transmissão do capital e do *habitus*⁴.

³ Do original em francês: «*Le patrimoine s'apparente à un héritage, tant matériel qu'immatériel, dans lequel le savoir prend place. Le savoir fait partie de ce bien global que représente l'exploitation agricole. C'est en ce sens qu'il circule avec elle, au moment de l'héritage, mais bien sûr, et plus encore, tout au long du processus de socialisation. En effet, si l'exploitation est faite de patrimoine économique (le cheptel, les bâtiments, etc.) elle est en même temps un lieu de socialisation à des représentations sociales et professionnelles. Rôles sexuels, indépendance, autorité, sont quelques représentations dont héritent les enfants en même temps qu'ils héritent de manières de faire, de pratiques professionnelles telles que nourrir les animaux ou surveiller un vêlage. Le terme de patrimoine est donc utilisé ici en tant que bien économique et culturel*».

⁴ Para Bourdieu (2004), o *habitus* consiste em uma coleção inconsciente de estratégias subjetivas conformadas diante de necessidades objetivas. É um senso prático que orienta o sentir, o pensar e o agir, mobilizado de modo não racional. “[...] sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tomada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

De acordo com Droz e Forney (2007), em estudo conduzido nas áreas rurais suíças, este processo de socialização das crianças e dos adolescentes na realidade da agricultura familiar era, e ainda é, responsável pela criação de conexões afetivas entre os sucessores e o modo de viver e de trabalhar nos estabelecimentos agropecuários de suas famílias.

Embora todos os componentes da nova geração passassem pelo processo de socialização, Spanevello (2008) explicou que o padrão sucessório presente no Rio Grande do Sul até a metade do século XX envolvia a escolha de um único sucessor. Em termos gerais, isso acontecia porque as famílias de agricultores eram numerosas, com muitos filhos e filhas, e os pequenos estabelecimentos agropecuários, se repartidos de modo igualitário, tornar-se-iam incapazes de garantir a reprodução social em longo prazo para todos. Diante desse cenário, o estabelecimento agropecuário era mantido inalterado e escolhia-se um único sucessor. Os demais recebiam diversos tipos de incentivos materiais e simbólicos para construir sua autonomia pessoal e profissional de outra maneira, fora do estabelecimento agropecuário familiar, fosse no âmbito das atividades agropecuárias ou não.

Em somatório, Spanevello (2008) demonstrou que o padrão sucessório na agricultura familiar do Rio Grande do Sul era predominantemente masculino. Como mencionado no estudo de Drebes (2019), sobre a fumiicultura familiar no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, o processo de socialização das novas gerações na agricultura familiar respeitava não apenas as características de idade, mas também de sexo. Logo, as novas gerações eram socializadas em convergência com a divisão sexual do trabalho comumente encontrada nos estabelecimentos agropecuários familiares, que atribuía aos homens o espaço produtivo e às mulheres o espaço reprodutivo. Em virtude disso, os homens eram privilegiados na preparação para o processo sucessório. Segundo Spanevello (2008), a instalação de mulheres como sucessoras era rara e tendia a acontecer apenas quando a nova geração era inteiramente constituída por mulheres ou se restringia a uma única mulher, ou seja, não havia filhos homens disponíveis.

Por fim, o padrão sucessório completava-se com a sucessão tardia. Como mencionado por Jacques-Jouvenot (2015), a sucessão geracional coadunava-se ao ciclo de vida da família, que não apenas definia e preparava o sucessor, como também encaminhava profissionalmente os não sucessores. Além disso, este ciclo de vida da família também repercutia sobre o momento de efetiva concretização da sucessão geracional, com a retirada da geração mais antiga da gestão do estabelecimento agropecuário para que a nova geração pudesse assumir. Em seu estudo, Spanevello (2008) constatou que, nos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar no Rio Grande do Sul, existia uma tendência à sucessão geracional tardia, isto é, a geração mais antiga se retirava da gestão apenas mediante situações de morte, enfermidade ou outra motivação capaz de impedir a execução da gestão, momento este em que os sucessores já não eram mais tão jovens.

Interessante destacar que, no passado, apesar de possíveis pontos desfavoráveis no padrão sucessório descrito, era perceptível a tendência à reprodução social de longo prazo garantida pela sucessão geracional, pois o processo estava tão enraizado nos grupos sociais compostos pelas famílias de agricultores que, longe de ter de convencer alguém da nova geração a tornar-se sucessor, a geração mais antiga era obrigada a dissuadir muitos de permanecerem no estabelecimento agropecuário ou mesmo forçar a partida daqueles e daquelas que não haviam sido eleitos como sucessores (CHAMPAGNE, 1986b).

Do ponto de vista de Champagne (1986a, 1986b), o “segredo” da sucessão geracional na agricultura familiar consistia na identidade social do grupo, fortemente afirmada e reivindicada,

uma identidade social coletiva, que implicava uma espécie de autarquia cultural ligada às atividades agropecuárias desenvolvidas e ao estilo de vida envolvido.

Entretanto, a última metade do século XX foi marcada por transformações que promoveram a desestruturação de tal padrão sucessório, dada a desestruturação da identidade social compartilhada pelos agricultores familiares. Em grande medida, tais transformações estiveram conectadas com o processo mais amplo de modernização da agricultura, que assinalou o avanço do sistema capitalista sobre o campo, inclusive no Brasil. Entre as consequências da modernização da agricultura, é possível citar o êxodo rural, que, no Brasil, mostrou-se altamente seletivo, enquadrando na categoria de migrantes principalmente os jovens rurais.

Deste modo, ao analisar migrações de jovens rurais de Itapiranga, no estado de Santa Catarina, Renk e Cabral Jr. (2002) indicaram um cenário de crise da agricultura familiar. A noção de crise remete à um contexto generalizado de degradação e de declínio da condição de agricultor familiar, desencadeada por uma infinidade de condicionantes socioeconômicas relacionadas, cuja combinação resulta na impossibilidade de reprodução social e de autonomia por meio de estratégias até então conhecidas. Na visão dos autores, essa crise apresenta caráter coletivo, pois não assola apenas um ou outro agricultor familiar de um determinado contexto, mas todos.

Nesse mesmo sentido, ao estudar a realidade da França, Champagne (1986b) explicou que, até meados do século XX, aqueles que atualmente são chamados de agricultores familiares viviam em um mundo relativamente fechado, que limitava as possíveis comparações com outros estilos de vida, restringindo o seu campo de possibilidades. Nesse sentido, o capital e o *habitus* que eram repassados de uma geração para a outra eram aceitos, na medida em que eram inevitáveis. Todavia, o aporte de aparatos tecnológicos no campo, como a difusão dos meios de comunicação e dos meios de locomoção, expandiu o campo de possibilidades dos agricultores familiares, que passaram a comparar suas realidades com as realidades de outros grupos sociais.

Em virtude de tais transformações, os agricultores familiares modificaram o seu eixo de referência do local para o global, gerando uma percepção desvalorizada de seus estilos de vida, que resultou em um ponto de vista pessimista sobre o futuro, o qual teve efeitos sobre suas estratégias de reprodução social, incluindo a sucessão geracional (CHAMPAGNE, 1986b). Embora o processo de modernização da agricultura tenha permitido uma aproximação entre a vida no rural e a vida no urbano, assim como uma integração entre os setores agrícolas, comerciais, financeiros e industriais, trouxe também à tona como esse processo de modernização estava acontecendo tardiamente nas áreas rurais e na agricultura em relação às áreas urbanas e às outras atividades econômicas. Nos termos de Champagne (1986b), os agricultores familiares perceberam-se então como uma minoria social, no sentido de marginalização em relação aos processos vigentes de desenvolvimento, na época pautados na escalada rumo às sociedades de consumo em massa.

A partir dessa constatação, é possível compreender que a existência ou não de sucessor em determinado estabelecimento agropecuário não dependia apenas da questão econômica, pois, como evidenciado por Champagne (1986a), em seu estudo na França, havia casos tanto de estabelecimentos agropecuários capitalizados quanto de estabelecimentos agropecuários empobrecidos que não conseguiam concretizar o processo de sucessão geracional. Sem minimizar a relevância da esfera econômica, Champagne (1986a) esclareceu que a crise de sucessão geracional era, em primeiro lugar, o efeito de uma crise de identidade social dos agricultores familiares, vinculada indiretamente também a fatores econômicos.

Na visão do sociólogo francês, a modernização da agricultura e a expansão dos horizontes de comparação dos agricultores familiares fizeram com que estes questionassem se as suas vidas e os seus trabalhos eram adequados, se mereciam ser socialmente reproduzidos. De certa maneira, os agricultores familiares passaram a duvidar do valor de sua posição social. Diante disso, como poderiam estes agricultores familiares socializarem suas novas gerações, sob a crença de que seu estilo de vida merecia ser socialmente reproduzido, se eles próprios não tinham mais certeza sobre tal crença? Em outras palavras, a reprodução social de longo prazo da agricultura familiar estaria vinculada à reprodução social de longo prazo da crença de que a agricultura familiar merece ser reproduzida (CHAMPAGNE, 1986a, 1986b).

De acordo com Champagne (1986b), em virtude desta abertura do campo de possibilidades para os jovens rurais, passaram a ocorrer migrações que tiveram efeitos desestruturantes sobre os valores que consolidavam a ideia coletiva dos grupos sociais de agricultores familiares, especialmente quando aqueles que partiam eram mais numerosos do que aqueles que permaneciam. Na visão do autor, o migrante suscita dúvidas nos demais sobre permanecer ou partir.

Para Drebes e Oliveira (2018), as migrações dos jovens rurais se relacionam com esse rompimento de fronteiras entre o local e o global, que aconteceu na transição do século XX para o século XXI, maculando o imaginário de coletividade referente às famílias de agricultores; afinal, passaram a ascender projetos individuais. Por meio das migrações, os jovens puderam construir estratégias de reprodução social de si mesmos, não necessariamente vinculadas às suas famílias, visando à autonomia pessoal e profissional e sua passagem para a vida adulta.

Diversos estudos sociais rurais considerados clássicos apontam para as migrações como estratégias diferenciadas de reprodução social, principalmente para os jovens rurais, sendo uma possibilidade de emancipação e um rito de passagem. Entre tais estudos, é possível destacar o de Garcia Jr. (1989), que, a partir de uma abordagem etnográfica, analisou as migrações como experiências vividas, sendo parte das estratégias de reprodução social, pois integravam processos de construção de autonomia dos agricultores. Nesse mesmo sentido, Woortmann (1990) também apontou que as migrações não significavam apenas a inviabilidade das condições de existência dos agricultores, mas eram parte de suas práticas de reprodução social.

Mais recentemente, Marin e Drebes (2020), em estudo sobre migrações de jovens rurais da agricultura familiar do estado de Goiás, concluíram também que os processos migratórios, ancorados na desestruturação da produção agrícola e dos meios de vida dos agricultores familiares, assim como nas mudanças de percepções sobre a vida e o trabalho rural, constituem indicativos da exaustão da sucessão geracional como estratégia de reprodução social, apontando para novas possibilidades de ascensão social, emancipação pessoal e transição para a vida adulta, as quais não necessariamente envolvem a continuidade das propriedades rurais das famílias.

Esta retomada das transformações ocorrentes no âmbito da chamada agricultura familiar é importante para compreender como a sucessão geracional deixou de ser uma estratégia de reprodução social de longo prazo preferencial à medida que as migrações se tornaram cada vez mais possíveis para os jovens rurais. Nesse momento, nem vamos adentrar no debate sobre outros cenários, em que os jovens permanecem nas áreas rurais, mas não exercem a profissão de agricultor, sendo esses cada vez mais presentes.

O fato é que, apesar das migrações representarem uma estratégia diferenciada de reprodução social para os jovens rurais, tal assertiva não cabe às cooperativas agropecuárias.

Por meio da sucessão geracional, quando os filhos e as filhas assumiam os estabelecimentos agropecuários no lugar dos pais e das mães, garantia-se a sobrevivência de longo prazo da agricultura familiar e de suas organizações, como é o caso das cooperativas agropecuárias, pois tratava-se de uma estratégia para o coletivo. Entretanto, no caso das migrações, que são estratégias de reprodução social mais individualizadas, majoritariamente são geradas condições socioeconômicas de vida apenas para estes migrantes, isto é, os jovens rurais. Com suas partidas, a sobrevivência em longo prazo do estabelecimento agropecuário da família se torna incerto, e a mesma incerteza estende-se para as organizações vinculadas à agricultura familiar.

No caso específico das cooperativas agropecuárias, cuja existência deve-se à constituição de um quadro de associados que, supostamente, renova-se conforme as gerações de agricultores também se renovam, na medida em que ocorre a dissolução da sucessão geracional como uma estratégia de reprodução social preferencial para a agricultura familiar, as migrações dos jovens rurais e a decorrente crise sucessória na agricultura familiar transformam-se em um problema social. Isto porque esse cenário ameaça a perpetuação da estrutura material e simbólica das cooperativas agropecuárias como conhecida atualmente. Cientes disso, muitas cooperativas brasileiras já implementam ações pró-sucessão geracional nas propriedades rurais de seus associados, como demonstram os estudos de Rosa e Silva (2010), Drebes e Spanevello (2017), Boessio e Doula (2017), Deggerone e Oliveira (2018), Moreira *et al.* (2018) e Santos e Kieling (2020), anteriormente citados.

3 A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA COTRIJAL E AS AÇÕES PRÓ-SUCCESSÃO GERACIONAL NAS PROPRIEDADES RURAIS DE COOPERADOS

Criada em 1957, a Cotrijal, Cooperativa Agropecuária e Industrial, possui sede no município de Não-Me-Toque e unidades de negócio em outros 32 municípios do estado do Rio Grande do Sul, abrangendo as mesorregiões Noroeste e Nordeste Rio-Grandense. No portfólio de atuação da Cotrijal, destaca-se o apoio econômico aos cooperados na produção de grãos, principalmente soja, milho e trigo.

Considerando a Resolução n. 56/2019 da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Cotrijal é compreendida como uma cooperativa do ramo agropecuário. Atualmente, a OCB classifica as cooperativas em sete possíveis ramos, sendo eles: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; trabalho, produção de bens e serviços; saúde; e transporte. O ramo agropecuário é composto por cooperativas que se destinam, principalmente, à prestação de serviços relacionados às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira, cujos cooperados detêm, a qualquer título, os meios de produção. Ainda de acordo com dados da OCB referentes ao ano de 2020, o ramo agropecuário conta com 1.173 cooperativas no Brasil, 1.001.362 cooperados e 223.477 empregados, sendo o ramo mais numeroso em questão de quantidade de cooperativas e empregados (OCB, 2021).

Logo, na Cotrijal, como é característico das cooperativas agropecuárias, os cooperados conseguem um “ganho de escala” que possibilita maior poder de negociação para reduzir os preços dos insumos comprados e melhorar os preços dos produtos vendidos, dentre inúmeras outras vantagens, como é o caso de acesso à assistência técnica gratuita ofertada pela própria cooperativa. Nesse sentido, a cooperativa agropecuária se mostra importante para melhorar a concorrência de seus cooperados no mercado, o que é particularmente interessante para os

cooperados pertencentes à categoria socioprofissional da agricultura familiar. Em virtude de todas essas vantagens, as cooperativas agropecuárias são agentes de desenvolvimento importantes para os territórios nos quais estão situadas.

Importante esclarecer que, cientificamente, a agricultura familiar consiste em uma categoria socioprofissional pautada na interconexão entre os fatores terra, trabalho e família. Em virtude disso, trata-se de uma categoria heterogênea, que comporta propriedades rurais pequenas, médias e grandes, agricultores empobrecidos e capitalizados, famílias inseridas no agronegócio e outras desvinculadas de tal sistema econômico (VEIGA, 1991).

Analisando a situação da área rural do município de Não-Me-Toque, onde a Cotrijal está sediada, é possível perceber que a população residente, composta principalmente por descendentes de alemães, italianos, holandeses e portugueses, vem diminuindo desde a década de 1970. No ano de 1970, 63,24% da população do município (que era de 10.968 pessoas) residia no rural. Já no ano de 2010, apenas 12,36% da população ainda residia no rural (embora a população total tenha aumentado para 15.036 pessoas). Referente aos jovens rurais, demograficamente incluídos na faixa etária entre 15 e 29 anos, o município-sede da Cotrijal também apresentou considerável redução populacional com o passar dos anos. Entre as décadas de 1970 e 2010, a população de jovens residentes nas áreas rurais sofreu uma queda de 83,01% (IBGE, 1970, 2010).

Embora rural e agricultura não sejam sinônimos, o que significa que não só no rural residam os agricultores cooperados da Cotrijal e não somente agricultores residam no rural, esse cenário de desruralização e de envelhecimento da população rural do município-sede (convergente com a teorização de Camarano e Abramovay [1998]) auxilia a entender as preocupações da cooperativa com a problemática da sucessão geracional das propriedades rurais de seus cooperados. Em estudo anterior, realizado com cooperativas agropecuárias da região do Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul, a Cotrijal se mostrou na vanguarda da realização de ações facilitadoras e/ou promotoras de sucessão geracional (DREBES; SPANEVELLO, 2017).

No estudo acima citado, que coletou dados no início da década de 2010, as pesquisadoras verificaram três grandes ações desenvolvidas pela Cotrijal com vistas a estimular o processo de sucessão geracional, denominadas “Líderes Mirins”, “Participação em Família” e “Novas Gerações” (DREBES; SPANEVELLO, 2017). Dentre as ações levantadas cerca de uma década atrás, atualmente, os dados documentais coletados indicaram a continuidade apenas das duas primeiras ações citadas.

O projeto Líderes Mirins é realizado pela Cotrijal desde o ano de 2007. O projeto é focado em crianças e adolescentes menores de 15 anos, pertencentes às famílias de agricultores cooperados da Cotrijal, cujo objetivo consiste em realizar práticas educativas de integração e fortalecimento do ideário do cooperativismo agropecuário entre os integrantes destas novas gerações. Como sintetizado por Drebes e Spanevello (2017), Líderes Mirins é uma ação voltada à valorização do trabalho na agricultura e da vida no meio rural por meio do cooperativismo.

O projeto é composto por atividades lúdicas que acontecem nos meses de janeiro e fevereiro, todos os anos, enquanto os pais e outros familiares cooperados participam das reuniões de núcleo que antecedem a Assembleia Geral da Cotrijal. Nesse sentido, no momento em que os pais estão participando de atividades da cooperativa, as crianças e os adolescentes estão fazendo o mesmo. Além disso, anualmente, no mês de julho, a Cotrijal realiza um seminário específico para estas jovens lideranças.

É possível compreender o projeto Líderes Mirins como uma ação cooperativista de estímulo ao processo de sucessão geracional na agricultura familiar, na medida em que promove a cooperativa como um agente de socialização das novas gerações. Por meio do contato com crianças e adolescentes, filhos e filhas dos agricultores cooperados, a Cotrijal tem a possibilidade de promover uma revalorização da identidade social da agricultura familiar e do próprio cooperativismo agropecuário, contribuindo para amenizar a desintegração identitária, que, segundo Champagne (1986a, 1986b), seria o embrião de toda a crise sucessória na agricultura, como elucidado na seção anterior.

Como destacado no estudo de Marin (2012), sobre o trabalho de crianças na fomicultura no Rio Grande do Sul, o trabalho das crianças na agricultura apresenta caráter socioeducativo para a formação de uma nova geração de agricultores, pois consiste em uma estratégia de transmissão do patrimônio de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados. Diante do exposto até aqui, é perceptível que o projeto Líderes Mirins da Cotrijal apresenta potencial para contribuir com a transmissão do patrimônio imaterial, considerado parte essencial do processo de sucessão geracional.

Já o projeto Participação em Família caracteriza-se pelas reuniões de núcleo realizadas pela cooperativa com o intuito de reunir os cooperados e seus familiares, discutindo como o cooperativismo agropecuário pode melhorar cada vez mais suas contribuições para seus integrantes. Drebes e Spanevello (2018), analisando tal projeto, verificaram que ele objetiva criar vínculos entre os agricultores e a organização, facilitando o diálogo por meio da escuta de todos os integrantes das famílias, incluindo os jovens, possíveis sucessores.

Quando propõe a integração da família, incluindo os jovens nas suas atividades, a cooperativa está procurando estimular a responsabilização das gerações mais jovens de agricultores por parte das gerações mais antigas, o que é importante para a construção dos vínculos necessários à transmissão do patrimônio material e imaterial que concretiza a sucessão geracional. O projeto Participação em Família propõe um reposicionamento dos jovens rurais no âmbito da propriedade rural familiar e da própria cooperativa agropecuária, colocando-os em uma posição de maior poder decisório, de maior autonomia.

Trata-se de uma estratégia da Cotrijal para tentar minimizar os problemas derivados do padrão sucessório tardio, em que os filhos e as filhas permanecem durante longos períodos sob a tutela dos pais e das mães. Consiste em um estímulo à construção de uma gestão compartilhada do negócio da família entre ambas as gerações que convivem na propriedade rural. Spanevello (2008), em seu estudo sobre as dinâmicas sucessórias na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, já havia revelado que o quesito autonomia é relevante para criar possibilidades de permanências dos jovens rurais no campo.

Além disso, recentemente, em fevereiro de 2021, a Cotrijal passou por um processo de reformulação de sua identidade visual. É interessante pontuar que as mudanças de identidade visual nas organizações costumam ser derivadas de processos de omissão e/ou revelação de certos aspectos da própria identidade organizacional, que expressa a essência e as particularidades da organização. Nesse sentido, a identidade visual acaba sendo a principal expressão da identidade organizacional. De acordo com Olins (2008), o logotipo (representação gráfica do nome da organização) encontra-se entre os elementos mais significativos da identidade visual de uma dada organização. Assim, na Figura 1, é apresentado o novo logotipo da cooperativa agropecuária Cotrijal, acompanhado de seu *slogan*.

Figura 1 – Nova identidade visual da Cotrijal



Fonte: Site da Cotrijal (2021).

Apresentada a identidade visual, é possível fazer uma análise do logotipo, fundamentada nas informações divulgadas pela própria Cotrijal em seus canais de comunicação. Assim, na Figura 1, as letras “i” e “j” representam pessoas, isto é, duas pessoas próximas, de frente uma para outra, com os membros superiores estendidos reciprocamente, o que faz alusão à ideia de apoio, suporte e cooperação. Não somente, existe uma diferença de tamanho entre as letras “i” e “j”, que se traduz em uma ideia de diferença de tamanho entre as duas pessoas representadas no logotipo, que pode ser interpretada de duas formas.

Figura 2 – Interpretações presentes na nova identidade visual da Cotrijal (2.a- esquerda / 2.b- direita)



Fonte: Site da Cotrijal (2021).

A primeira delas seria uma parceria entre o “cooperado maior” representado pela letra “j” e o “cooperado menor” representado pela letra “i”, seja em uma perspectiva financeira, fundiária, produtiva ou até tecnológica (Figura 2.a). Independentemente do “tamanho”, no interior da cooperativa não há discriminação e todos são importantes para que o objetivo coletivo de ganho de escala econômico seja alcançado. Essa interpretação encontra suporte nos próprios aspectos legais que sustentam a identidade organizacional de qualquer cooperativa, tal como o fato de que cada associado tem direito a um voto na assembleia geral da organização, não havendo distinção em resposta a diferentes poderes econômicos e/ou políticos. Trata-se do princípio de gestão democrática que orienta as organizações cooperativas (RIOS, 1989; RECH, 2000).

Já a segunda interpretação compreende a letra “j” como pai e a letra “i” como filho. Assim, o novo logotipo da Cotrijal representaria um pai segurando seu filho nos braços, o que alude à importância das novas gerações de agricultores para o campo e para a própria cooperativa (Figura 2.b), indo ao encontro dos projetos pró-sucessão geracional anteriormente mencionados. Essa interpretação traz à tona a ideia de renovação de ciclo, de continuidade, de uma geração

sucedendo a outra. Cabe destacar que, segundo os dirigentes da Cotrijal, “renovação” foi a palavra-chave para o conceito da nova identidade visual. Nas palavras do próprio presidente da cooperativa agropecuária, “toda vez que o campo se renova, nós [cooperativa] evoluímos com ele”.

Dessa maneira, quando a Cotrijal inclui a ideia de renovação de gerações de agricultores em seu logotipo, está revelando e valorizando a centralidade dos processos de sucessão geracional nos estabelecimentos agropecuários dos cooperados para a sua identidade organizacional. Quando a problemática da sucessão geracional passa a aparecer na identidade visual da cooperativa, ela deixa de ser uma preocupação pontual, abordada apenas por meio de projetos específicos, como o Líderes Mirins e o Participação em Família, e se torna uma problemática central e diferencial, tal como a própria cooperação.

Nesse sentido, essa ação pró-sucessão geracional mais recente da cooperativa agropecuária apresenta elementos que reforçam a sua identidade organizacional, os quais também são capazes de fomentar a reconstrução da identidade social dos próprios agricultores familiares: uma identidade coletiva, pautada na cooperação. Em conjunto com as demais ações apresentadas, essa transformação da identidade visual da Cotrijal se mostra estratégica para a continuidade da atuação da cooperativa agropecuária em prol da renovação das gerações de agricultores. A mudança na identidade visual assinala o reconhecimento de que a sucessão geracional é garantia de futuro não apenas dos estabelecimentos agropecuários dos cooperados, mas da própria cooperativa. Afinal, quem serão os novos cooperados se não ocorrer sucessão geracional na agricultura familiar?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões construídas no presente estudo, percebe-se que, à medida que a sucessão geracional deixa de ser uma estratégia de reprodução social de longo prazo preferencial para a agricultura familiar, e os jovens rurais passam a buscar, por meio das migrações, novas possibilidades de construção de sua autonomia pessoal e profissional, a sucessão geracional passa a ser encarada como um problema social para as cooperativas agropecuárias.

Embora as migrações possam trazer novas oportunidades pessoais e profissionais para os jovens rurais, as quais contribuem para a sua melhoria de vida e de suas famílias, não se pode desconsiderar que tais migrações também são capazes de gerar efeitos coletivos sobre o desenvolvimento das áreas rurais, dado o cenário de desruralização no âmbito da categoria socioprofissional agricultura familiar, que afeta a perpetuação desse modo de vida e de trabalho, o qual inclui a organização/vinculação das cooperativas agropecuárias.

Nesse sentido, preocupadas com a renovação de seu quadro de cooperados, que depende da própria renovação das gerações de agricultores, sobretudo os familiares, as cooperativas agropecuárias passam a construir projetos voltados a estimular o processo de sucessão geracional na agricultura familiar. No caso da Cotrijal, em análise neste estudo, os projetos apresentados se mostram convergentes com as dinâmicas dos processos sucessórios, pois procuram construir possibilidades de auxílio e de estímulo para a transmissão do patrimônio material e imaterial envolvidos nessa estratégia de reprodução social de longo prazo.

Além disso, recentemente, por meio de uma mudança em sua identidade visual, a Cotrijal “institucionalizou” a preocupação com a problemática da sucessão geracional, evidenciando

a noção de renovação do quadro de associados e de renovação das gerações de agricultores presente em sua própria identidade organizacional. Essa movimentação da cooperativa agropecuária, no sentido de colocar a questão da sucessão geracional em seu logotipo, mostra como a reprodução social de longo prazo dos agricultores familiares cooperados é estratégica para a própria cooperativa agropecuária, assim como para o desenvolvimento de seu território de inserção como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 80–8, 2011. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/80653/1/Exodo-e-sua-contribuicao.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2021.
- BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Sucessão familiar e cooperativismo agropecuário: perspectivas de famílias cooperadas em um estudo de caso no Triângulo Mineiro. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 15, n. 40, p. 433–58, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5858>. Acesso em: 1º nov. 2021.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. *Las estrategias de la reproducción social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- BUENO, C. T.; SILVA, S. M. V. Migração seletiva: um estudo sobre as jovens agricultoras familiares do município de São Lourenço do Sul-RS. *Geosul*, Florianópolis, v. 37, n. 82, p. 173–99, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/75679/51617>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 45–65, 1998.
- CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*, Paris, n. 3, p. 73–89, dez. 1986a.
- CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 65, p. 41–64, nov. 1986b.
- DEGGERONE, Z. A.; OLIVEIRA, C. A. O. A atuação das cooperativas agropecuárias na sucessão geracional na Região do Corede Norte (RS). *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 60–77, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/30340/pdf>. Acesso em: 1º nov. 2021.
- DREBES, L. M.; SPANEVELLO, R. M. Cooperativas agropecuárias e o desafio da sucessão na agricultura familiar. *Holos*, Natal, v. 2, n. 33, p. 360–74, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4210/pdf>. Acesso em: 1º nov. 2021.
- DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. A construção social da juventude rural diante dos processos migratórios: um estudo de caso da agricultura familiar de Itapuranga-GO. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 16, n. 42, p. 375–404, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6203>. Acesso em: 1º nov. 2021.
- DREBES, L. M. *Suicídio de fumicultores familiares: construções de um problema social*. 2019. 239 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18608/TES_PPGER_2019_DREBES_LAILA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1º nov. 2021.

DROZ, Y.; FORNEY, J. *Un métier sans avenir? La grande transformation de l'agriculture suisse romande*. Genève/Paris: IUED/KARTHALLA, 2007.

GARCIA JR., A. R. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Marco Zero; Universidade de Brasília; CNPq, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Censo Demográfico de 1970*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JACQUES-JOUVENOT, D. *Choix du successeur et transmission patrimoniale*. Paris: L'Harmattan, 2015.

LISBOA, R. S.; DIESEL, V.; SILVEIRA, L. B.; FRIEDRICH, G.; HAAS, J. MENDONZA, B. S.; MORAES, C. Extensão rural no Rio Grande do Sul: evidências de configuração institucional pluralista? In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. (Org.). *Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir do serviço de Ates aos assentamentos de reforma agrária do RS*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012. p. 57–82.

MARIN, J. O. B. SCHNEIDER, S.; VENDRUSCOLOC, R.; CASTILHO E SILVA, C. B. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 50, n. 4, p. 763–86, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/vsnjZSvYM cP6WCQpKLnYJRp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1º nov. 2021.

MARIN, J. O. B.; DREBES, L. M. Migrações internacionais de jovens rurais: limites da reprodução social de agricultores familiares e construções da autonomia pessoal. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 09, n. 19, p. 201–25, maio/ago. 2020. Disponível em: https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/594/pdf_71. Acesso em: 1º nov. 2021.

MARIN, J. O. B. Juventudes rurais: processos de emancipação social. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 18, n. 52, p. 33–54, jul./set, 2020. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/9585>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MOREIRA, V. R. CECATO, A. J.; BORGES, C. R.; WEYMER, A. S. Q. O reflexo da sucessão familiar na zona rural nas relações cooperativistas: o caso de uma cooperativa agroindustrial. *Informe GEPEC*, Toledo, v. 22, n. 1, p. 9–23, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/17647/12831>. Acesso em: 1º nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS [OCB]. Cooperativismo. *Sistema OCB*, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/>. Acesso em: 1º nov. 2021.

OLINS, W. *The Brand Handbook*. Thames and Hudson: Londres, 2008.

PEREIRA, H. C.; NASCIMENTO, A. C. S.; MOURA, E. A. F.; CÔRREA, D. S. S.; CHAGAS, H. C. Migração rural-urbana por demanda educacional no Médio Solimões, Amazonas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1–26, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PDzJs8MPrtKWGn3LxbGL y7r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2023.

RECH, D. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIOS, G. S. L. *O que é cooperativismo*. 2. ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1989.

RENK, A.; CABRAL JR., V. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do

Oeste Catarinense. *Esboços*, Florianópolis, v. 10, n. 10, p. 9–28, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/385/9849>. Acesso em: 1º nov. 2021.

ROSA, C. I. L. F.; SILVA, O. H. Sucessão familiar e cooperativismo: o caso da cooperativa COOPerval. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 177–87, 2010. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/29/29>. Acesso em: 1º nov. 2021.

SANTOS, R.; KIELING, R. I. A atuação do jovem nas cooperativas e a sucessão familiar no agronegócio: o caso do Programa Aprendiz Cooperativo no Campo na Cooperativa Triticola Mista Campo Novo. *Revista Pleiade*, Foz do Iguaçu, v. 14, n. 30, p. 48–60, 2020. Disponível em: <https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/656/741>. Acesso em: 1º nov. 2021.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO [SESCOOP]. *Somos cooperativismo*. Portal SESCOOP, [s.l.]. 2021. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo-ba.coop.br/sescoop>. Acesso em: 1º nov. 2021.

SPANVELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1º nov. 2021.

TIHERRO, R. M.; PICOLOTTO, E. L. Persistência e migração na agricultura familiar: análise dos municípios de São Luiz Gonzaga/RS e Constantina/RS. *Grifos*, Chapecó, v. 31, n. 57, p. 1–27, 2022. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/index.php/grifos/article/view/6738>. Acesso em: 29 jan. 2023.

VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Editora da USP/HUCITEC, 1991.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35–53, jan./jun. 1990.

Sobre as autoras:

Laila Drebes: Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente da Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO) e do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). **E-mail:** drebeslm@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-0681-238X>

Tâmara Karime Lima dos Santos: Mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade da Amazônia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). **E-mail:** tamarakarine@hotmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-2052-1730>

